

Abuso sexual na infância e adolescência: Resiliência, competência e *coping*

Carla Antunes* / Carla Machado*

*Escola de Psicologia, Universidade do Minho

O presente trabalho reporta uma revisão crítica da literatura ao nível da resiliência no domínio do abuso sexual na infância e adolescência. Esta é uma área que tem sido pouco explorada, em certa medida, devido a problemas metodológicos e de conceptualização do constructo. Não obstante a diversidade e controvérsia de propostas conceptuais, é relativamente consensual que a resiliência não é sinónimo de invulnerabilidade mas que significa uma maior capacidade da criança/jovem para manter o curso desenvolvimental normativo face a uma situação de stress ou adversidade. Assim, no presente artigo é discutido o conceito de resiliência enquanto resultado desenvolvimental adaptativo na sequência de uma experiência adversa. Neste âmbito, são exploradas as principais linhas de investigação nas últimas décadas, e sistematizadas conclusões centrais neste domínio. Do mesmo modo, são ainda definidos desafios e direcções futuras em termos de investigação. As conclusões da presente revisão adverte para o papel interactivo e generativo da criança/jovem vítima e dos seus contextos de vida no percurso de mudança desenvolvimental. Neste sentido, a adaptação positiva não é uma tarefa individual da vítima mas de todos os intervenientes envolvidos, nomeadamente em termos de disponibilidade de condições e redes de suporte favoráveis a uma recuperação adaptativa.

Palavras-chave: Abuso sexual, *Coping*, Recuperação, Resiliência.

INTRODUÇÃO

A literatura no domínio do abuso sexual na infância e/ou adolescência tem-se centrado ao longo das últimas décadas fundamentalmente no impacto negativo da experiência abusiva, sendo que são menos os trabalhos que se dedicam a investigar a ausência ou a reduzida sintomatologia manifestada pelas vítimas (McGloin & Widom, 2001). Na verdade, apesar do consenso relativamente ao impacto negativo do abuso, não existe evidência de que todas as vítimas desenvolvam respostas pós-traumáticas a esta experiência, sinalizando que algumas destas conseguem ultrapassar adaptativamente o seu potencial traumático. Algumas revisões de estudos empíricos indicam que um número substancial de crianças vítimas de abuso sexual não manifesta dificuldades significativas de ajustamento psicológico (Fergusson & Mullen, 1999; Kendall-Tackett, Williams, & Finkelhor, 1993; Saywitz, Mannarino, Berliner, & Cohen, 2000). Na generalidade, os estudos parecem indicar que estas crianças assintomáticas tendem a permanecer de tal forma, a curto e a longo prazo. Dados da investigação demonstram que, do grupo de crianças que inicialmente se apresentavam como assintomáticas, apenas 30% vieram a desenvolver sintomatologia mais tarde (Kendall-Tackett et al., 1993), apresentando uma reacção retardada designada na literatura por “*sleeper effect*”, em que os sintomas mais significativos apenas se manifestam aproximadamente um ano após a revelação (Saywitz et al., 2000). Outros estudos,

A correspondência relativa a este artigo deverá ser enviada para: Carla Antunes, Serviço de Psicologia, Escola de Psicologia, Campus de Gualtar, 4710 Braga. E-mail: cantunes94@gmail.com

estes efectuados na idade adulta, sugerem que cerca de 40% das pessoas que relatam ter sido vítimas de experiências sexuais abusivas na infância não apresentam qualquer disfuncionamento psicológico associado ao abuso (Finkelhor, 1990).

Assim, decorrente da cada vez maior necessidade de compreender percursos e comportamentos adaptativos de quem passou por experiências traumáticas, surgiu o conceito de resiliência neste domínio, que inclui a capacidade de a criança responder de forma adequada face a uma situação de elevado risco, conseguindo restabelecer-se perante a adversidade (Heller, Larrieu, D'Imperio, & Boris, 1999; Rutter, 2007). Este conceito de “ser bem-sucedido” inclui, não somente a capacidade de recuperar da situação abusiva mas implica também a competência para lidar com os problemas decorrentes da revelação do abuso (Masten et al., 1990, citados por Dufour, Nadeau, & Bertrand, 2000; McGloin & Widom, 2001).

Assim, ao longo deste artigo, é nosso objectivo apresentar as principais directrizes que nortearam o estudo da resiliência nas últimas décadas, sistematizar as principais conclusões da investigação no domínio do abuso sexual, identificando as suas contribuições e lacunas e, por fim, apontar pistas para o futuro desenvolvimento deste tipo de investigação. Neste sentido, foi efectuada uma pesquisa exhaustiva sobre este tema nas revistas científicas, disponíveis nas bases de dados PsycARTICLES, PsycINFO, MEDLINE, SAGE Full-Text Collection, EBSCO-HOST: Research Data Base, Science Direct (Elsevier), SCOPUS – Database of Research Literature, bem como na análise de livros e monografias publicadas entre 1985 e 2010.

UM NOVO PARADIGMA: DA VULNERABILIDADE À ADAPTAÇÃO NO CONTEXTO DA ADVERSIDADE

O interesse científico pela resiliência na investigação no domínio da adversidade na infância emergiu no contexto da psicopatologia do desenvolvimento, na sequência da detecção de um grupo de crianças que não demonstrava sinais de desajustamento psicológico, apesar da exposição a condições de elevado risco (Masten, 2001, citado por Wright & Masten, 2005; Soares, 2000). Efectivamente, de acordo com a abordagem da psicopatologia do desenvolvimento apesar das crianças vítimas terem menos probabilidade de resultados desenvolvimentais adaptativos, a presença de factores protectores poderá contribuir para aquisições desenvolvimentais ajustadas (Cicchetti & Lynch, 1995). Assim, o estudo deste fenómeno marcou a transição do foco da investigação no contexto da adversidade, tradicionalmente centrado na análise das variáveis de risco, para a exploração dos factores e mecanismos protectores subjacentes a percursos desenvolvimentais positivos (Soares, 2000; Wright & Masten, 2005).

Definir resiliência tem-se mostrado uma tarefa complexa para os investigadores desta área, emergindo uma diversidade de propostas a partir dos diferentes estudos. De facto, não é claro o que constituem objectivamente resultados resilientes nestas crianças, e por isso o seu estudo científico fica comprometido (Cicchetti & Lynch, 1995). Não obstante a controvérsia conceptual, na generalidade, a resiliência tem sido referenciada à presença de um padrão de adaptação positiva num contexto de adversidade (Rutter, 2007; Wright & Masten, 2005). Adicionalmente, outras noções inerentes à definição têm alcançado consenso entre os investigadores. Desde logo, é unânime que a resiliência não é sinónimo de invulnerabilidade, significando apenas uma maior capacidade de resistência ou a capacidade para manter o curso desenvolvimental normativo face a uma situação de *stress* ou adversidade (Masten, 2004, citado por Stein, 2008; Soares, 2000). Assim, ser resiliente não implica ausência de sintomas ou de sofrimento mas sim a capacidade de recuperar ou manter um nível de funcionamento globalmente normativo, análogo ao anterior ao evento traumático (Masten et al., 1990, citados por Dufour, Nadeau, & Bertrand, 2000). Por outro

lado, a resiliência não é uma condição estática, pressupondo a interacção dinâmica de diferentes factores (de vulnerabilidade e de protecção) sendo que estes vão mudando ao longo dos diferentes estádios desenvolvimentais (Grotberg, 2005; Heller, Larrieu, D'Imperio, & Boria, 1999; Wright & Masten, 2005). Efectivamente, as situações potencialmente geradoras de stress não são estáticas e, por esse motivo, também é esperado que o comportamento resiliente se adapte às mudanças nas condições de desafio.

Mediante uma análise da investigação neste domínio, é possível identificar três gerações de estudos nesta área (Infante, 2005; Wright & Masten, 2005). Inicialmente, o estudo deste fenómeno centrou-se numa abordagem individual, que foi progressivamente evoluindo para uma perspectiva compreensiva ecológica. Paralelamente, surgiu uma terceira geração de estudos, direccionada para a exploração de modelos intervenção e de promoção da resiliência.

Numa primeira abordagem da resiliência, as questões de investigação prenderam-se essencialmente com as características que tornavam as crianças e/ou jovens resilientes “diferentes” daquelas que apresentavam mais dificuldades. Neste sentido, a literatura sugeriu algumas qualidades individuais e contextuais (e.g., a cognição e a auto-regulação, a relação de vinculação entre pais e filhos), tipicamente associadas a um melhor funcionamento psicossocial e a melhores competências para superar uma determinada experiência adversa (Masten & Coastsworth, 1998). Efectivamente, há crianças que possuem recursos para lidar com o impacto negativo da experiência abusiva sem que seja necessário recorrer a um serviço especializado (Manita, 2003).

O estudo da resiliência, a este nível, tem apontado três modelos explicativos fundamentais: compensatório, protector e de desafio (Fergus & Zimmerman, 2005). O primeiro refere-se ao efeito directo de um factor protector num determinado resultado potencialmente negativo (e.g., a inteligência superior da criança/jovem pode compensar o efeito desestruturante a nível cognitivo de experiências de negligência severa). O modelo protector distingue-se pelo efeito moderador de um factor protector na relação entre um factor de risco e o resultado desenvolvimental (e.g., uma criança integrada num contexto familiar desestruturado apresenta um risco considerável de comportamentos desadequados, mas a presença de suporte de um adulto significativo poderá funcionar como elemento moderador do risco). O modelo de desafio é curvilíneo, na medida em que a exposição a um reduzido ou elevado nível de risco estão do mesmo modo associados a resultados negativos, sendo que a exposição a risco moderado tende a estar associada a menor impacto negativo (e.g., níveis moderados de stress estão associados a melhores capacidades de *coping* perante a adversidade do que a exposição prévia a muito baixos ou muitos altos níveis de stress de vida) (Lurigio & Resick, 1990). Neste modelo, o princípio explicativo é o de que as crianças que estão expostas a um nível moderado de risco adquirem competências de *coping* para lidar com situações problemáticas, o que não acontece no caso de risco reduzido (Fergus & Zimmerman, 2005). Por sua vez, a exposição a elevados níveis de *stress* prévio tem um efeito desorganizador das capacidades de *coping* da criança, tornando-as indisponíveis para serem mobilizadas perante a experiência traumática (Lurigio & Resick, 1990).

Não obstante este enquadramento conceptual, a resiliência é muitas vezes confundida com outros conceitos como, por exemplo, o ajustamento psicológico, o *coping* ou as competências individuais. No entanto, se por um lado o ajustamento psicológico é um resultado positivo do processo de resiliência, por outro lado, as estratégias de *coping* e as competências individuais são mecanismos importantes neste mesmo processo (sendo que também a influência de variáveis contextuais também deve ser considerada na compreensão da resiliência) (Fergus & Zimmerman, 2005).

Assim, a análise dos factores protectores associados à resiliência, nomeadamente os factores protectores na infância e juventude, podem ser analisados em quatro níveis (Masten & Coastsworth, 1998; Wright & Masten, 2005): individual, familiar, comunitário/social e cultural. Do ponto de vista das características individuais das crianças e/ou jovens, os estudos indicam o

temperamento social e adaptável, a competência intelectual, a capacidade de auto-regulação emocional e comportamental, a auto-percepção positiva, como estando associados a uma trajetória desenvolvimental positiva perante a adversidade (Heller, Larrieu, D'Imperio, & Boris, 1999; Masten & Coatsworth, 1998; Soares, 2000; Wright & Masten, 2005). No que concerne às variáveis familiares, a presença de um adulto de suporte e cuidador privilegiado (Dufour, Nadeau, & Bertrand, 2000; Wright & Masten, 2005), bem como outras variáveis de estabilidade familiar (e.g., nível reduzido de discórdia, relações positivas com os irmãos, bom relacionamento com a família alargada), de envolvimento parental, de estabilidade socio-económica e de afiliação religiosa (Wright & Masten, 2005) parecem estar significativamente relacionados com a resiliência. Ao nível social, um contexto que proporcione um desenvolvimento estruturado (e.g., envolvimento da criança em actividades extra-curriculares, relações adequadas com os pares; satisfação com o papel social e sentido positivo de comunidade), assim como características relacionadas com a qualidade do contexto onde a criança/jovem vive (e.g., bairro), as oportunidades de emprego dos pais e o acesso aos recursos da comunidade surgem também na literatura como variáveis relevantes (Banyard & Williams, 2007; Dufour, Nadeau, & Bertrand, 2000; Heller, Larrieu, D'Imperio, & Boris, 1999; Wright & Masten, 2005). Por fim, características mais abrangentes do contexto sociocultural, designadamente as políticas de protecção da infância, recursos educativos de qualidade e reduzida legitimação da violência física também constituem variáveis que aumentam a resistência ao risco (Machado, 1996; Wright & Masten, 2005).

A segunda geração de estudos assinalou uma mudança no paradigma da investigação neste domínio, de uma abordagem individualizada e estática aos factores protectores (exposta no parágrafo acima) para uma abordagem ecológica e dinâmica. Trata-se de uma perspectiva influenciada pelo modelo ecológico de desenvolvimento humano proposto por Bronfenbrenner (1994), conceptualizando a resiliência como um processo dinâmico, interactivo e recíproco entre as influências do ambiente e do indivíduo. Neste sentido, importa compreender os processos e mecanismos que influenciam positivamente a adaptação após a adversidade e de que forma é que os subsistemas do desenvolvimento humano contribuem para uma maior resistência na trajetória desenvolvimental perante o risco (Infante, 2005; Wright & Masten, 2005).

De acordo com esta perspectiva transaccional, o impacto do contexto social na criança e/ou jovem é, em parte, mediado pela sua interpretação da experiência, que também se vai alterando ao longo do tempo (Boyce et al., 1998). Por exemplo, as crianças em idade pré-escolar, vítimas de abuso sexual, manifestam dificuldades em compreender o significado dos actos/comportamentos do perpetrador, mas à medida que vão crescendo, as dimensões da vergonha e da estigmatização podem intensificar-se e influenciar o impacto da experiência abusiva (Kendall-Tackett, Williams, & Finkelhor, 1993; Wright & Masten, 2005). Concomitantemente, a mesma experiência adversa pode assumir significados distintos para cada criança e/ou jovem. A título ilustrativo, a experiência de divórcio dos pais pode ser experienciado como um evento negativo para algumas crianças/jovens mas, para outros, pode assumir uma dimensão positiva na medida em que diminui o conflito e/ou a disrupção no ambiente familiar (Fergus & Zimmerman, 2005).

Os resultados obtidos no âmbito desta segunda linha de investigação têm sugerido uma especificidade contextual dos processos protectores (Fergus & Zimmerman, 2005; Wright & Masten, 2005). Isto é, alguns factores protectores podem relacionar-se com resultados resilientes nas trajetórias de algumas crianças e/ou jovens e noutras não exercerem a mesma função. Pese embora alguns factores sejam referenciados na literatura como importantes e consistentes preditores de resultados mais favoráveis, alguns estudos demonstraram que esta relação não é, de todo, linear. Por exemplo, alguns trabalhos junto de crianças que cresceram em contextos de adversidade (Wyman, 2003; Wyman, Cowen, Work, & Kerley, 1993) constataram que a percepção de competência pessoal e expectativas positivas relativamente ao futuro apenas resultam em efeitos positivos quando estas percepções e expectativas têm um carácter realista.

O estudo da resiliência como um processo ecológico e dinâmico tem também vindo a demonstrar que as crianças e/ou jovens podem experienciar vulnerabilidades e factores protectores distintos em diferentes pontos do seu desenvolvimento. Por consequência, diferentes agentes contribuem para a resiliência ao longo do percurso de vida da criança/jovem (Wright & Masten, 2005). Nesta sequência, a adaptação resiliente é susceptível de mudanças ao longo do tempo, sendo que uma criança pode demonstrar resiliência numa determinada fase desenvolvimental e não noutra, numa dimensão do funcionamento e não noutra, num contexto e não noutra (Fergus & Zimmerman, 2005; Soares, 2000; Wright & Masten, 2005).

Alguns autores têm ainda salientado que os pontos críticos de mudança (“*turning points*”) na trajectória de desenvolvimento (e.g., integração escolar, transição para a puberdade, transição para a idade adulta) das crianças expostas à adversidade se constituem como desafios particulares ao seu percurso de adaptação (Banyard & Williams, 2007; Hawkins et al., 2003, citados por Wright & Masten, 2005; Sampson & Laub, 1993) e, por isso, devem ser considerados neste tipo de investigação.

De acordo com esta leitura, o contexto sociocultural é um factor essencial na compreensão dos processos envolvidos na resiliência. As tradições culturais, ideológicas, religiosas e a disponibilização de recursos da comunidade assumem uma variedade de funções (protectoras ou não) que influenciam o percurso da adaptação (Wright & Masten, 2005).

ABUSO SEXUAL E RESILIÊNCIA

Um reduzido número de estudos tem investigado especificamente a resiliência no contexto do abuso sexual. Não obstante, alguns estudos realizados com vítimas de abuso na infância e adolescência têm salientado um conjunto de recursos, designadamente individuais, familiares e contextuais/sociais que contribuem para resultados adaptativos na sequência desta experiência traumática.

Recursos/competências individuais

Ao nível individual, um *locus* de controlo interno, auto-controlo, auto-estima, maturidade precoce e competências de comunicação (e.g., Barros, & Sani, 2010; Collishaw, Pickles, Messer, Shearer, & Maugham, 2007; Dufour, Nadeau, & Bertrand, 2000; Heller, Larrieu, D’Imperio, & Boris, 1999) e a atribuição externa da vergonha (Heller, Larrieu, D’Imperio, & Boris, 1999) estão associados a percursos resilientes por parte das crianças/jovens vítimas.

As capacidades cognitivas, designadamente a inteligência, têm sido também frequentemente referidas na literatura da área como predictoras da resiliência (Barros & Sani, 2010; Dufour, Nadeau, & Bertrand, 2000) Contudo, esta é ainda uma relação controversa, sendo que alguns estudos longitudinais realizados recentemente não corroboram esta associação (e.g., Collishaw, Pickles, Messer, Shearer, & Maugham, 2007; DuMont, Widom, & Czaja, 2007; Jaffee, Caspi, Moffitt, Polo-Tomas, & Taylor, 2007).

Ainda no domínio individual, a investigação tem-se centrado na exploração das competências de *coping* das crianças e/ou jovens face à situação abusiva, considerados mecanismos mediadores relevantes na trajectória resiliente. Assim, diversas estratégias têm sido identificadas, permitindo compreender os processos de adaptação e recuperação do trauma por parte das crianças/jovens vítimas. Uma revisão recente de estudos centrados no *coping* face ao abuso sexual (Walsh, Fortier,

& Dillilo, 2010) revela que as vítimas tendem a utilizar um variado conjunto de estratégias cognitivas e comportamentais para lidar com a experiência abusiva:

Evitamento

O evitamento enquanto estratégia que visa minimizar o impacto emocional de um acontecimento tem sido apontado como uma estratégia de *coping* frequente face ao abuso sexual (Barros & Sani, 2010; Dufour, Nadeau, & Bertrand, 2000). Esta estratégia inclui comportamentos tais como evitar pensar, lembrar ou falar sobre o problema, sendo que esta abordagem, apesar de proteger a criança no imediato de sentimentos de ansiedade e afectos desorganizadores associados ao abuso (Tremblay, Hebert, & Piché, 1999) tende a aumentar a sua sintomatologia clínica, quer na adolescência quer na idade adulta (Barros & Sani, 2010; Dufour, Nadeau, & Bertrand, 2000; Steel, Sanna, Hammond, Whipple, & Cross, 2004; Wright, Crawford, & Sebastian, 2007).

Do mesmo modo, a dissociação e a supressão emocional (Brand et al., 1999, DiPalma, 1994, citados por Walsh et al., 2010) surgem na literatura como estratégias de *coping* utilizadas pelas vítimas. A severidade do abuso surge como preditor significativo do recurso a estas estratégias de evitamento. Contudo, e na linha do acima sugerido para as crianças que recorrem ao evitamento, esta estratégia prediz a presença de sintomas de pós *stress* traumático (Bonnano, Noll, Putman, O'Neill, & Trickett, 2003; Fortier et al., 2009, citados por Walsh et al., 2010; Gibson & Leitenberg, 2000). Este efeito tem sido explicado pelo não processamento, cognitivo e afectivo, da experiência traumática, que assim reaparece sob a forma de pensamentos e afectos intrusivos e perturbadores (Finkelhor, 1990; Kendall-Tackett, Williams, & Finkelhor, 1993; Wolfe & Birt, 1997).

Procura de suporte, revelação e denúncia judicial

Estas duas formas activas de *coping* têm sido identificadas pela investigação como tendo um efeito protector face ao abuso, na medida em que as crianças/jovens que as usam revelam autonomia e habilidade na procura de suporte junto de adultos, de que poderão fazer uso sempre que sintam necessidade, nomeadamente através da procura de apoio externo à família (Perrott, Morris, Martin, & Romans, 1998; Werner & Smith, 1982, citados por Dufour, Nadeau, & Bertrand, 2000). Efectivamente, a procura activa de suporte parece estar associada a uma diminuição da sintomatologia na infância e na idade adulta (Bal, Crombez, Van Oost, & Debourdeaudhuij, 2003; Filipas & Ullman, 2001), a maior auto-confiança percebida pelas crianças/jovens (Tremblay, Hebert, & Piché, 1999) e a menor probabilidade de revitimação sexual na idade adulta (Walsh, Blaustein, Knight, Spinazzola, & Van der Kolk, 2007). A investigação neste domínio tem revelado que os esforços cognitivos e comportamentais das vítimas e o nível de suporte social percebido desempenham um papel crucial na forma como as crianças/jovens vivenciam a experiência abusiva, sendo que as características do abuso (e.g., frequência, severidade, duração) parecem exercer um papel relativamente menos importante na determinação do impacto nas vítimas (Tremblay, Hebert, & Piché, 1999).

Do mesmo modo, a revelação surge como uma estratégia adaptativa a longo-prazo, apesar de ser potenciadora de ansiedade e sintomatologia a curto-prazo (Furniss, 1993; Himelein & McElrath, 1996). De facto, uma etapa importante no processo de recuperação passa pela capacidade de a criança/jovem se libertar da culpabilização, responsabilização, estigmatização e isolamento decorrentes do abuso (Schatzow & Herman, 1989, citados por Dufour, Nadeau, & Bertrand, 2000), que a revelação poderá permitir. A criança/jovem que tem oportunidade para revelar o abuso poderá experienciar sentimentos de auto-controlo e *empowerment*, variáveis que actuam favoravelmente perante o risco (Hanson, Resnick, Saunders, Kilpatrick, & Best, 1999). É, contudo, de ressaltar que o efeito positivo da revelação depende em larga medida da forma

como esta é recebida pelo meio da criança (em particular pelas suas pessoas significativas), sendo que o impacto favorável da revelação é potenciado pela credibilização e apoio da rede familiar/social. Pelo contrário, respostas de incredulidade, banalização do evento ou respostas de vergonha, culpabilização ou hostilidade perante a vítima, podem minar o potencial efeito positivo da revelação (Furniss, 1993).

Da mesma forma, a investigação tem encontrado que a denúncia e participação no processo judicial pode aumentar o sentimento de competência e *empowerment* das vítimas. Contudo, a morosidade na resolução do processo e a abordagem à criança e/ou jovem no âmbito do processo judicial (e.g., pelos advogados, polícias, juizes, peritos) pode condicionar e pôr em causa esse potencial efeito positivo (Calam, Horne, Glasgow, & Cox, 1998; Finkelhor, Cross, & Cantor, 2005; Kendall-Tackett, Williams, & Finkelhor, 1993; Lurigio & Resick, 1990; Ribeiro, 2006).

Reestruturação cognitiva

Esta é uma estratégia cognitiva que permite à vítima alterar a compreensão do “episódio stressante” e redefinir as suas consequências (Spaccarelli, 1994, citado por Dufour, Nadeau, & Bertrand, 2000). A reestruturação cognitiva pode ser conceptualizada como uma tentativa de responder à questão fundamental: “porquê a mim”. Esta estratégia pode assumir várias formas, nomeadamente a minimização do abuso sexual ou dos seus efeitos (Himelein, & McElrath, 1996; Perrott, Morris, Martin, & Romans, 1998) e/ou a centração nos aspectos positivos, benefícios percebidos da situação traumática (Dufour, Nadeau, & Bertrand, 2000). De facto, por um lado, o abuso pode ser considerado pelas vítimas como um veículo para o crescimento pessoal, e por outro, como uma experiência que promove maior prudência e protecção pessoal nas relações íntimas futuras (Himelein & McElrath, 1996; Plasha, 2009). Esta percepção de efeitos positivos decorrentes da situação abusiva está associada a melhor adaptação na adolescência e na idade adulta (Himelein & McElrath, 1996; McMillen et al., 1995, citados por Dufour, Nadeau, & Bertrand, 2000; Plasha, 2009).

Os estudos sugerem que as estratégias de *coping* cognitivas são fundamentais numa perspectiva de longo prazo, na medida em que estas permitem a efectiva integração do abuso (Walsh et al., 2010). De facto, a procura/construção de significado para a experiência abusiva parece estar associada a melhor funcionamento global e menos problemas psicológicos (Leathy, Pretty, & Tenenbaum, 2003; Plasha, 2009; Wright, Crawford, & Sebastian, 2007; Silver, Boon, & Stones, 1983, citados por Walsh et al., 2010). Aliás, há autores que relacionam este facto com o efeito protector da inteligência da vítima, hipotetizando que crianças/jovens mais inteligentes se envolvem mais no processamento cognitivo e emocional das experiências adversas, sendo que inicialmente podem experimentar maior desorganização, no entanto, a médio e/ou longo prazo beneficiam do efeito positivo da real integração da experiência (Leifer, Shapiro, Mortone, & Kassem, 1991).

Estilos atribucionais

A teoria da resignação (Abramson, Seligman, & Teasdale, 1978, citados por Dufour, Nadeau, & Bertrand, 2000) permite avaliar as potenciais consequências da auto-culpabilização pelo abuso sexual ou, pelo contrário, da atribuição da responsabilidade ao agressor. Esta teoria postula que a atribuição externa da culpa é uma estratégia de resposta adaptativa. Pelo contrário, um estilo de atribuição interna constitui um factor de risco para a emergência de sintomatologia. Não obstante, estes pressupostos são ainda controversos, na medida em que a atribuição de toda a responsabilidade ao agressor poderá diminuir na vítima a percepção de controlo e eficácia, aumentando a percepção do mundo como ameaçador e imprevisível (Dufour, Nadeau, & Bertrand, 2000). Além disso, a culpabilização exclusiva do agressor é incompatível com estratégias que visem promover nas vítimas o sentido de controlo. Por outro lado, quando a criança assume alguma

responsabilidade pelo abuso, sobretudo se essa atribuição interna for moderada e localizada em factores comportamentais (e.g., ter aceite a boleia do abusador) e não atribucionais (e.g., ser estúpida, ser imoral) (Lurigio & Resick, 1990), a culpa é direccionada para uma fonte controlável e modificável, o que aumenta a sua percepção de controlo perante uma futura revitimação (Jannoff-Bulmau, 1979, citado por Dufour, Nadeau, & Bertrand, 2000).

Apesar destas reservas, os estudos empíricos acerca da relação entre estilos atribucionais e impacto revelam que as vítimas que apresentam uma atribuição interna pelo abuso demonstram mais dificuldades psicológicas, uma auto-estima mais reduzida e mais depressão, estigmatização e culpa (Barker-Collo, 2001; Chaffin, Wherry, & Dykman, 1997; Steel, Sanna, Hammond, Whipple, & Cross, 2004).

Recursos do contexto familiar e/ou social

No que se refere aos factores do meio, os estudos realizados neste âmbito convergem para a indicação de que o suporte familiar e, mais especificamente, o suporte parental, pré e pós revelação, são variáveis determinantes do reajustamento após o trauma (Dufour, Nadeau, & Bertrand, 2000; Fleming, Mullen, Sibthorpe, & Bammer, 1999). Lynskey e Fergusson (1997), num estudo que avaliou prospectivamente uma amostra da comunidade, verificaram que o maior preditor da resiliência face ao abuso era a qualidade do cuidado e suporte parentais. Por sua vez, Collishaw, Pickles, Messer, Shearer e Maugham (2007), num estudo longitudinal que acompanhou vítimas de maus tratos físicos e abuso sexual, verificaram que as relações interpessoais positivas (e.g., com os pais, pares e parceiros), desde a infância até à meia-idade, se constituíam como fortes preditores da resiliência.

Os dados demonstram que uma relação próxima e afectuosa com uma figura parental e a auto-estima global da criança/jovem se constituem como preditores do ajustamento das vítimas (Houshyar & Kaufman, 2005; Rosenthal, Feiring, & Taska, 2003; Tremblay, Hebert, & Piché, 1999). Outro mecanismo explicativo do papel protector do suporte parental poderá ser o facto de a qualidade das relações de vinculação precoces com os cuidadores e outros significativos influenciar a capacidade da vítima para desenvolver, manter e beneficiar de relações interpessoais de suporte, pré e pós abuso (Collishaw, Pickles, Messer, Shearer, & Maugham, 2007; Perrot, Morris, Martin, & Romans, 1998; Rockville, 1996), assim potenciando o seu processo de resiliência.

Concomitantemente, o suporte social mais alargado (e.g., relações interpessoais positivas e estáveis, suporte na escola e rede comunitária, suporte dos profissionais envolvidos) é também um elemento significativo no processo de restabelecimento das vítimas e facilitador da resiliência ao longo do ciclo de vida (Collishaw, Pickles, Messer, Shearer, & Maugham, 2007; Dufour, Nadeau, & Bertrand, 2000; Dumont, Widom, & Czaja, 2007; Leathy, Pretty, & Tenenbaum, 2003; Plasha, 2009; Rosenthal, Feiring, & Taska, 2003). Constata-se, por exemplo, um nível de adaptação mais elevado nas crianças/jovens que usufruem de suporte dos seus pares e que não são estigmatizadas por estes (Dufour, Nadeau, & Bertrand, 2000). Similarmente, um estudo qualitativo junto de mulheres adultas vítimas de abuso (Banyard & Williams, 2007) constatou que variáveis como a satisfação com o papel social e um sentido positivo de comunidade estavam relacionadas com um funcionamento adaptativo.

No entanto, torna-se necessária uma compreensão mais circunstanciada da influência específica do suporte social (e das relações de suporte específicas) nos percursos resilientes. O desempenho desta variável na trajectória bem-sucedida é, em parte, influenciado pelas respostas à revelação do abuso (Jonzon & Lindblad, 2004, Ulman, 2003, citados por Wright, Crawford, & Sebastian, 2007). Efectivamente, o suporte social e/ou parental apenas se constitui como um factor positivo para o ajustamento da criança se se traduzir em comportamentos de securização, normalização e validação da experiência abusiva. Se, pelo contrário, apesar de haver suporte, a criança vítima

estiver integrada num contexto próximo onde os elementos mais significativos (e.g., cuidadores) experienciem eles próprios significativa desorganização emocional (e.g., sentimentos de vergonha, estigmatização, humor deprimido, impotência, hostilidade), o suporte não se traduzirá em benefícios para a criança e/ou jovem. Nestes casos, é possível que a criança evidencie até uma agudização da sintomatologia, nomeadamente culpabilização pelo sofrimento parental e pela estigmatização familiar (Jonzon & Lindblad, 2004, Ulman, 2003, citados por Wright, Crawford, & Sebastian, 2007).

Por outro lado, o suporte social parece assumir uma influência distinta ao longo do desenvolvimento, sendo que o suporte parental assume particular importância na infância e o suporte dos pares na adolescência. Alguns estudos corroboram este pressuposto teórico, verificando-se que as relações com os pares na adolescência assumem uma forte influência no desenvolvimento da resiliência nas vítimas (Collishaw, Pickles, Messer, Shearer, & Maugham, 2007; Rosenthal, Feiring, & Taska, 2003).

Por fim, algumas variáveis referentes aos contextos de vida destas crianças e/ou jovens (e.g., características do bairro onde vivem) também têm surgido como associadas à resiliência, na medida em que têm impacto na estabilidade familiar (e consequente qualidade do suporte familiar disponível, assim como do stress familiar experienciado), na qualidade do suporte comunitário e influenciam a exposição da criança a situações adversas (assim aumentando o seu nível de stress, cuja influência na resiliência já foi anteriormente abordada) (e.g., Collishaw, Pickles, Messer, Shearer, & Maugham, 2007; Jaffee, Caspi, Moffitt, Polo-Tomas, & Taylor, 2007).

DISCUSSÃO DOS ESTUDOS REVISTOS: CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES E POTENCIALIDADES DA INVESTIGAÇÃO SOBRE A RESILIÊNCIA

A investigação no âmbito da resiliência tem-se revelado fundamental na mudança de paradigmas no âmbito da psicologia do desenvolvimento, de uma abordagem centrada no risco para uma nova perspectiva, centrada nas potencialidades do ser humano (Infante, 2005). No contexto do abuso sexual, esta perspectiva contraria a crença na inevitabilidade do trauma e a representação social da “criança danificada”, atribuindo à criança/jovem vítima e aos seus contextos de vida um papel interactivo e generativo no percurso da mudança desenvolvimental futura.

Na sua generalidade, os estudos que investigaram a resiliência aqui revistos permitem retirar algumas conclusões gerais, com relativa fiabilidade. Desde logo, é possível concluir que um número substancial de vítimas crianças e jovens de abuso sexual demonstram um funcionamento adaptativo após a experiência traumática (Rutter, 2007). Esta resiliência tende a permanecer na idade adulta, mas é susceptível de mudanças ao longo do processo de desenvolvimento, sendo particularmente desafiada nos pontos críticos (“*turning points*”) de cada percurso de vida (DuMont, Widom, & Czaja, 2007; Rutter, 2007).

A investigação tem identificado determinadas qualidades individuais que parecem estar associadas a resultados adaptativos. Consensualmente, destacam-se o *locus* de controlo interno, o auto-controlo, a auto-estima, a maturidade precoce e as competências de comunicação (e.g., Barros & Sani, 2010; Collishaw, Pickles, Messer, Shearer, & Maugham, 2007; Dufour, Nadeau, & Bertrand, 2000; Heller, Larrieu, D’Imperio, & Boris, 1999).

Esta abordagem, centrada na resiliência, dedica sua atenção à promoção dos recursos do ser humano, considerando-o o agente principal da sua própria adaptação à situação adversa. Neste sentido, o estudo das estratégias de *coping* utilizadas pelas vítimas tem também vindo a assumir cada vez maior relevância ao nível da investigação internacional, sendo que os resultados revelam

que, se algumas destas cumprem apenas uma função protectora no imediato (e.g., evitamento), outras parecem assumir um papel adaptativo a longo-prazo (e.g., auto-controlo, reestruturação cognitiva, atribuição externa da vergonha e da culpa) (Heller, Larrieu, D'Imperio, & Boris, 1999; Walsh et al., 2010). O papel do suporte familiar e social na promoção destas estratégias positivas de *coping* tem também vindo a ser destacado pela investigação.

Na verdade, os dados empíricos obtidos têm sugerido uma relativização do contributo das variáveis individuais, por si só, no processo de resiliência, validando a importância comparativamente maior das influências contextuais (e.g., familiares, interpessoais, sócio-culturais) na adopção de estratégias de *coping* adaptativas e como mediadoras do processo de recuperação (Rutter, 2007).

Neste sentido, os recursos disponíveis nos diferentes contextos onde a criança se integra parecem assumir particular relevância no processo de resiliência. Os estudos neste domínio convergem no sentido de que o suporte social quer providenciado pelos pares, quer pelos profissionais, é uma variável determinante no restabelecimento das vítimas (Dufour, Nadeau, & Bertrand, 2000). De igual modo, a investigação indica que uma relação próxima e afectuosa com pelo menos um dos cuidadores (Goldstein & Brooks, 2005; Houshyar & Kaufman, 2005; Rosenthal, Feiring, & Taska, 2003; Tremblay, Hebert, & Piché, 1999) e o suporte parental (nomeadamente providenciado após a revelação do abuso) têm um efeito determinante na recuperação das vítimas (Dufour, Nadeau, & Bertrand, 2000).

Não obstante estes resultados constituírem importantes indicadores acerca dos processos de resiliência, a literatura tem vindo a apontar importantes limitações metodológicas dos estudos realizados, nomeadamente ao nível da definição de resiliência e de abuso, da selecção das amostras, dos procedimentos de recolha de dados adoptados e do próprio tipo de dados obtidos (Heller, Larrieu, D'Imperio, & Boris, 1999). De facto, a terminologia utilizada para definir resiliência nem sempre é consensual; se por um lado, esta é conceptualizada como uma característica individual da criança (Tarter & Vanyukov, 1999, citados por Fergus & Zimmerman, 2005), por outro, é definida enquanto resultado do contexto, do risco e da protecção (Fergus & Zimmerman, 2005).

Por outro lado, o facto de um determinado acontecimento de vida poder constituir um factor desestruturador para determinadas crianças, mas não o ser necessariamente para outras, é em muitos casos um factor interferente na análise dos resultados. Com efeito, determinadas experiências poderem ser enviesadamente consideradas como sendo de risco para o percurso adaptativo das vítimas (e.g., o divórcio pode surgir como um factor potencialmente de risco, pelas dinâmicas que lhe estão associadas, mas poderá também revelar-se uma experiência positiva quando está associado a uma melhoria do funcionamento familiar e da qualidade das relações e do suporte pais-criança). Além disso, o facto de a investigação na resiliência se ter vindo a centrar, na maioria dos estudos, em apenas um factor de risco e/ou num factor protector limita a análise dos resultados, uma vez que a evidência sugere a necessidade de uma análise multidimensional e a importância de considerar a interacção de diferentes factores na trajectória desenvolvimental resiliente (Fergus & Zimmerman, 2005).

Finalmente, é de salientar que o recurso a estudos retrospectivos como metodologia dominante de avaliação do impacto e da resiliência poderá ter associado algum viés do relato, influenciando os dados recolhidos e a sua análise.

Em suma, a investigação ao nível dos recursos e potencialidades do ser humano assume particular relevância, quer teórica, quer prática. A este último nível, poderá produzir potenciais indicadores relevantes para a prática clínica, nomeadamente ao nível das estratégias de *coping* adaptativas e que importa favorecer (e.g., reestruturação cognitiva ou o treino de competências de auto-regulação) (Walsh et al., 2010), bem como ao nível do tipo de suporte que interessa fomentar e das características do meio que podem promover trajectórias desenvolvimentais

adaptativas. Concomitantemente, no plano mais teórico/conceptual, a perspectiva da resiliência como uma interacção multifactorial e dinâmica enfatiza que a adaptação positiva não é uma tarefa individual da vítima mas de todos os intervenientes envolvidos (e.g., família, escola, comunidade, sociedade), ao longo de todo o percurso de desenvolvimento da criança/jovem. O modelo de risco dá, assim, lugar a um modelo de promoção e protecção, que enfatiza uma responsabilidade colectiva (familiar, social e política) na promoção de condições e redes de suporte favoráveis a uma recuperação adaptativa. Esta perspectiva salienta ainda a necessidade de um trabalho multidisciplinar no âmbito da intervenção e prevenção no abuso sexual (Furniss, 1993).

RESILIÊNCIA FACE AO ABUSO: IMPLICAÇÕES PARA A INVESTIGAÇÃO FUTURA

Pese embora o maior investimento actual no estudo da resiliência e a proliferação de trabalhos em vários domínios da adversidade, o estudo deste processo no abuso sexual é ainda circunscrito e insuficiente, como podemos constatar após a revisão sistemática apresentada neste artigo. Em Portugal, em particular, este estudo parece inexistente tanto o quanto nos foi possível pesquisar. Nacional ou internacionalmente, é de particular relevância a necessidade de mais estudos que permitam compreender as especificidades das trajectórias de resiliência após a experiência de abuso sexual, de forma a compreender o impacto desta experiência nas vítimas e a implementar formas de intervenção com estas e a sua rede social que sejam mais eficazes e eficientes.

Apesar do seu número limitado, a realização de estudos longitudinais tem permitido uma maior compreensão dos processos subjacentes à resiliência e tem sugerido importantes implicações para a investigação nesta área. A resiliência tem, no âmbito destas investigações, sido conceptualizada como um processo dinâmico e interactivo, de acordo com os princípios da equifinalidade e multifinalidade (Soares, 2000; Wright & Masten, 2005). Neste sentido, as vítimas podem experienciar vulnerabilidades distintas ao longo do processo de recuperação e os factores e/ou mecanismos de protecção podem variar na sua influência ao longo desta trajectória (Wright & Masten, 2005). Alguns estudos que assumem estes pressupostos têm obtido dados interessantes no que se refere ao papel de determinadas variáveis no processo de resiliência no abuso. Por exemplo, contrariamente ao sugerido por outras investigações revistas, Dumont, Widom e Czaja (2007) constataram que o índice de outros acontecimentos de vida adversos não diferenciava os participantes, durante a infância, ao nível da resiliência. No entanto, quando considerado o período desde a adolescência até ao início da idade adulta, o número de acontecimentos de vida adversos mostrava-se preditor da resiliência. Concomitantemente, Rosenthal, Feiring e Taska (2003), num estudo prospectivo com crianças e jovens vítimas de abuso, verificaram que o suporte social assume uma influência diferente, dependendo da fase desenvolvimental em que estas se encontram, sugerindo que o suporte parental é um forte preditor da resiliência na infância e o suporte dos pares um poderoso factor de protecção na adolescência.

Concomitantemente, a investigação no âmbito das estratégias de *coping*, tem-se centrado essencialmente no estudo de recursos cognitivos (e.g., reestruturação cognitiva, estilos atribucionais) em detrimento dos comportamentais. Efectivamente, há autores que sugerem que a procura de actividades favorecedoras de emoções positivas se constitui como uma estratégia de *coping* adaptativa (Morrow & Smith, 1995). No nosso entender, estas estratégias parecem assumir maior relevância se atendermos às características desenvolvimentais das vítimas (crianças e adolescentes).

Nesta sequência, ao nível do *design* das investigações, consideramos fundamental o investimento continuado em estudos de natureza longitudinal e também qualitativa, que permitam

não só compreender os processos subjacentes à resiliência, como também a sua estabilidade, especificidade desenvolvimental e idiosincrasias individuais.

Na investigação realizada, nota-se também, como referimos atrás, alguma confusão metodológica que deriva da diversidade de definições de resiliência e da falta de operacionalização conceptual na avaliação de alguns factores protectores intervenientes (e.g., por vezes os estudos referem-se ao suporte social mas não especificam que dimensões concretas estão a ser avaliadas a este nível). Deste modo, torna-se também fundamental, em futuros estudos, operacionalizar uma definição de resiliência bem como dos factores protectores a avaliar. Concomitantemente, o estudo da resiliência exige, no plano dos métodos de recolha de dados, uma abordagem multidimensional em vários domínios do funcionamento individual, com recurso a múltiplos métodos de avaliação e a fontes de informação representativas dos distintos contextos em que a vítima está integrada.

A perspectiva conceptual mais recente acerca da resiliência tem salientado, como vimos, o papel do contexto sociocultural da vítima na compreensão dos processos envolvidos na resiliência. Neste sentido, consideramos também pertinente a realização de estudos que avaliem a influência da cultura e, mais especificamente, das crenças e dos discursos (e.g., familiares, culturais) acerca da vitimação sexual infantil no processo de resiliência.

Alguns estudos têm ainda constatado que variáveis como o género (e.g., DuMont, Widom, & Czaja, 2007; McGloin & Widom, 2001) e a etnia (DuMont, Widom, & Czaja, 2007) influenciam o processo de adaptação, sugerindo que as vítimas de sexo feminino e de ascendência africana demonstram mais recursos para o processo de resiliência. Assim, parece-nos ser interessante, na investigação futura, analisar de forma mais sistemática e consistente o contributo destas variáveis no desenvolvimento resiliente e os mecanismos pelos quais se opera a sua contribuição.

Finalmente, constatámos que, embora ao longo das últimas décadas tenham sido delineados alguns modelos explicativos complexos do processo de resiliência, a generalidade dos mesmos centram-se numa abordagem individual à vítima, relativamente estática e focalizada em factores de risco ou protecção individualizados. Torna-se, a nosso ver, fundamental, a partir dos contributos das investigações a realizar neste domínio, construir modelos teóricos explicativos, que nos permitam compreender como é que os diferentes factores, pessoais, familiares, sociais e culturais, interagem dinamicamente na ecologia dos indivíduos, permitindo um processo de adaptação resiliente.

REFERÊNCIAS

- Bal, S., Crombez, G., Van Oost, P., & Debourdeaudhuij, I. (2003). The role of social support in well-being and coping with self-reported stressful events in adolescents. *Child Abuse & Neglect*, 27, 1377-1395.
- Banyard, V., & Williams, L. (2007). Women's voices on recovery: A multi-method study of the complexity of recovery from child sexual abuse. *Child Abuse & Neglect*, 31, 275-290.
- Barker-Collo, S.L. (2001). Adult reports of child and adult attributions of blame for childhood sexual abuse: Predicting adult adjustment and suicidal behaviors in females. *Child abuse & neglect*, 25, 1329-41.
- Barros, D., & Sani, A.I. (2010). *Coping e resiliência em crianças vítimas de abuso sexual*. Actas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia, Universidade do Minho, Portugal, 4 a 6 de Fevereiro.
- Boyce, W. T., Frank, E., Jensen, P. S., Kessler, R. C., Nelson, C. A., Steinberg, L., et al. (1998). Social context in developmental psychopathology: Recommendations for future research from the Mac Arthur network on psychopathology and development. *Development and Psychopathology*, 10, 143-164.

- Bronfenbrenner, U. (1994). Ecological models of human development. *International encyclopedia of education* (vol. 3, 2nd edition). Oxford: Elsevier.
- Calam, R., Horne, L., Glasgow, D., & Cox, A. (1998). Psychological disturbance and child sexual abuse: A follow-up study. *Child Abuse & Neglect*, 22(9), 901-913.
- Chaffin, M., Wherry, J., & Dykman, R. (1997). School age children's coping with sexual abuse: Abuse stresses and symptoms associated with four coping strategies. *Child Abuse & Neglect*, 21, 227-240.
- Cicchetti, D., & Lynch, M. (1995). Failures in the expectable environment and their impact on individual development: The case of child maltreatment. In D. Cicchetti & D. Cohen (Eds.), *Developmental psychopathology. Risk, disorder, and adaptation* (vol. 2). New York: John Wiley.
- Collishaw, S., Pickles, A., Messer, J. M., Shearer, C., & Maugham, B. (2007). Resilience to adult psychopathology following childhood maltreatment: Evidence from a community sample. *Child Abuse & Neglect*, 31, 211-229.
- Dufour, M. H., Nadeau, L., & Bertrand, K. (2000). Les facteurs de resilience chez les victims d'abus sexuel: Etat de la question. *Child Abuse & Neglect*, 24(6), 781-797.
- DuMont, K., Widom, C., & Czaja, S. (2007). Predictors of resilience in abused and neglected children grown up: The role of individual and neighborhood characteristics. *Child Abuse & Neglect*, 31, 255-274.
- Fergus, S., & Zimmerman, M. (2005). Adolescent resilience: A framework for understanding healthy development in the face of risk. *Annu. Rev. Public Health*, 26, 399-419.
- Fergusson, D., & Mullen, P. (1999). *Childhood sexual abuse: An evidence based perspective*. Thousand Oaks: Sage publication.
- Filipas, H. H., & Ullman, S. E. (2001). Social reactions to sexual assault victims from various support sources. *Violence and Victims*, 16, 673-692.
- Finkelhor, D. (1990). Early and long-term effects of child sexual abuse: An update. *Professional Psychology: Research and Practice*, 21(5), 325-330.
- Finkelhor, D., Cross, T., & Cantor, E. (2005). The justice system for juvenile victims: A comprehensive model of case flow. *Trauma, Violence & Abuse*, 6(2), 83-102.
- Fleming, J., Mullen, P., Sybthorpe, B., & Bammer, G. (1999). The long-term impact of childhood sexual abuse in Australian women. *Child Abuse & Neglect*, 22(2), 145-159.
- Furniss, T. (1993). *Abuso sexual da criança. Uma abordagem multidisciplinar*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Gibson, L., & Leitenberg, H. (2000). Child sexual abuse prevention programs: Do they decrease the occurrence of child sexual abuse? *Child Abuse & Neglect*, 24(9), 1115-1125.
- Goldstein, S., & Brooks, R. (2005). Why study resilience? In S. Goldstein & R. Brooks (Eds.), *Handbook of resilience in children* (pp. 3-15). New York: Springer Science.
- Grotberg, E. H. (2005). Introdução: Novas tendências em resiliência. In A. Mellilo, E. Ojeda e colaboradores (Eds.), *Resiliência, descobrindo as próprias fortalezas* (pp. 15-22). Editora Artmed, Porto Alegre.
- Hanson, R., Resnick, H., Saunders, B., Kilpatrick, D., & Best, C. (1999). Factors related to the reporting of childhood rape. *Child Abuse & Neglect*, 23(6), 559-569.
- Heller, S. S., Larrieu, J. A., D'Imperio, R., & Boris, N. W. (1999). Research on resilience to child maltreatment: Empirical considerations. *Child Abuse & Neglect*, 23(4), 321-338.
- Himelein, M. J., & McElrath, J. A. (1996). Resilient child sexual abuse survivors. Cognitive coping and illusion. *Child Abuse & Neglect*, 20, 747-758.
- Houshyar, S., & Kaufman, J. (2005). Resilience in maltreated children. In S. Goldstein & R. Brooks (Eds.), *Handbook of resilience in children* (pp. 181-200) New York: Springer Science.

- Infante, F. (2005). A resiliência como processo: Uma revisão da literatura recente. In A. Mellilo, E. Ojeda e colaboradores (Eds.), *Resiliência, descobrindo as próprias fortalezas* (pp. 23-38). Editora Artmed, Porto Alegre.
- Jaffee, S. R., Caspi, A., Moffitt, T. E., Polo-Tomas, M., & Taylor, A. (2007). Individual, family and neighborhood factors distinguish resilient from non-resilient maltreated children: A cumulative stressors model. *Child Abuse & Neglect, 31*, 231-253.
- Kendall-Tackett, K., Williams, L., & Finkelhor, D. (1993). Impact of sexual abuse on children: A review and synthesis of recent empirical studies. *Psychological Bulletin, 113*(1), 164-180.
- Leathy, T., Pretty, G., & Tenenbaum, G. (2003). Childhood sexual abuse narratives in clinically and nonclinically distressed adults survivors. *Professional Psychology: Research and practice, 6*(34), 657-665.
- Leifer, M., Shapiro, Mortone, M., & Kassem, L. (1991). Rorschach assessment of psychological functioning in sexually abused girls. *Journal of Personality Assessment, 56*, 14-28.
- Lurigio, A. J., & Resick, P. A. (1990). Healing the psychological wounds of criminal victimization: Predicting postcrime distress and recovery. In A. J. Lurigio, W. Skogan, & R. Davis (Eds.), *Victims of crime. Problems, policies and programs* (pp. 50-68). Newbury Park: Sage.
- Lynskey, M. T., & Fergusson, D. M. (1997). Factors protecting against the development of adjustment difficulties in young adults exposed to child sexual abuse. *Child Abuse & Neglect, 21*, 1177-1190.
- Machado, C. (1996). Maus tratos de menores, vitimação e poder: Proposta de um modelo integrado de análise. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática, 1*, 133-148.
- Manita, C. (2003). Quando as portas do medo se abrem... do impacto psicológico ao(s) testemunho(s) de crianças vítimas de abuso sexual. *Cuidar da Justiça de crianças e jovens. A função dos juizes sociais. Actas de Encontro* (pp. 230-253) Coimbra: Almedina.
- Masten, A., & Coatsworth, J. (1998). The development of competence in favorable and unfavorable environments: Lessons from research on successful children. *American Psychologist, 53*(2), 205-220.
- McGloin, J. M., & Widom, C. S. (2001). Resilience among abused and neglected children grown up. *Development and Psychology, 13*, 1021-1038.
- Morrow, S. L., & Smith, M. L. (1995). Constructions of survival and coping by women who have survived childhood sexual Abuse. *Journal of Counseling Psychology January, 42*(1), 24-33.
- Perrott, K., Morris, E., Martin, J., & Romans, S. (1998). Cognitive coping styles of women sexually abused in childhood: A qualitative study. *Child Abuse & Neglect, 22*(11), 1135-1149.
- Plasha, T. (2009). Educational resilience among African survivors of child sexual abuse in South Africa. *Journal of Black Studies, 5*, 1-20.
- Ribeiro, C. (2006). A criança na justiça: trajetórias, significados e sentidos do processo judicial em crianças vítimas de abuso sexual intra-familiar. Dissertação de Mestrado em Psicologia do Comportamento Desviante, apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade do Porto.
- Rockville, M. D. (1996). Basic behavioral science research for mental health: Vulnerability and resilience. *American Psychologist, 51*(1), 22-28.
- Rosenthal, S., Feiring, C., & Taska, L. (2003). Emotional support and adjustment over a year's time following sexual abuse discovery. *Child Abuse & Neglect, 27*(6), 641-661.
- Rutter, M. (2007). Resilience, competence and coping. *Child Abuse & Neglect, 31*, 205-209.
- Sampson, R.J., & Laub, J.H. (1993). *Crime in the making: Pathways and turning points through life*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Saywitz, K., Mannarino, A., Berliner, L., & Cohen, J. (2000). Treatment for sexually abused children and adolescents. *American Psychologist, 55*(9), 1040-1049.

- Soares, I. (2000). Introdução à psicopatologia do desenvolvimento: Questões teóricas e de investigação. In I. Soares (Ed.), *Psicopatologia do desenvolvimento: Trajectórias (in)adaptativas ao longo da vida* (pp. 11-42) Coimbra: Quarteto Editora.
- Steel, J., Sanna, L., Hammond, B., Whipple, J., & Cross, H. (2004). Psychological sequelae of childhood sexual abuse: Abuse-related characteristics, coping strategies and attributional style. *Child Abuse & Neglect*, 28, 785-801.
- Stein, M. (2008). Resilience and young people leaving care. *Child Care in Practice*, 14(1), 35-44.
- Tremblay, C., Hébert, M., & Piché, C. (1999). Coping strategies and social support as mediators of consequences in child sexual abuse victims. *Child Abuse & Neglect*, 23(9), 929-945.
- Walsh, K., Fortier, M., & Dillilo, D. (2010). Adult coping with childhood sexual abuse: A theoretical and empirical review. *Aggression and Violent Behavior*, 15, 1-13.
- Walsh, K., Blaustein, M., Knight, W., Spinazzola, J., & Van der Kolk, B. A. (2007). Resilience factors in the relationship between child sexual abuse and adult revictimization. *Journal of Child Sexual Abuse*, 16, 1-17
- Wolfe, V., & Birt, J. (1997). Child sexual abuse. In E. Mash & L. Terdal (Eds.), *Assessment of childhood disorders* (pp. 569-623). New York: The Guilford Press.
- Wright, M., & Masten, A. (2005). Resilience process and development. In S. Goldstein & R. Brooks (Eds.), *Handbook of resilience in children* (pp. 17-37) New York: Springer Science.
- Wright, M., Crawford, E., & Sebastian, K. (2007). Positive resolution of childhood sexual abuse experiences: The role of coping, benefit-finding and meaning-making. *Journal of Family Violence*, 22, 597-608.
- Wyman, R. A. (2003). Emerging perspectives on context specificity of children's adaptation and resilience: Evidence from a decade of research with urban children in adversity. In S. S. Luthar (Ed.), *Resilience and vulnerability: Adaptation in the context of childhood adversities* (pp. 293-317). New York: Cambridge University Press.
- Wyman, P. A., Cowen, E. L., Work, W. C., & Kerley, J. H. (1993). The role of children's future expectations in self-system functioning and adjustment to life-stress. *Development and Psychopathology*, 5, 649-661.

This manuscript reports a critical review on resilience in the field of sexual abuse in childhood and adolescence. This is an area that has been little explored, to some extent, due to methodological problems and conceptualization of the construct. Despite the diversity and controversy of conceptual proposals, it is relatively consensual that resilience does not mean invulnerability, but it means a greater ability of the child/youth to maintain the normative developmental course in a situation of stress or adversity. In the present article it is discussed the concept of resilience as adaptive developmental outcome following an adverse experience. In this context, are explored the main lines of research in recent decades and systematized central conclusions in this area. Likewise, are still defined challenges and set future directions in research. The conclusions of this review warn for the role of interactive and generative child/youth victims and their life contexts on the course of developmental change. In this sense, the positive adaptation is not an individual task of the victim but of all those involved, particularly in terms of conditions and availability of support networks favorable to an adaptive recovery.

Key-words: Coping, Recovery, Resilience, Sexual abuse.

